

IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL · ACADEMIA DE ESCOLAS  
DE ARQUITECTURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA · AEALP



# A LÍNGUA QUE HABITAMOS

Belo Horizonte · Inhotim  
25 › 28 Abril 2017

**VII. Diversidades Urbanas  
e Arquitetônicas na Lusofonia:  
traços identitários**



**ACADEMIA de ESCOLAS**  
de ARQUITETURA e URBANISMO  
de LÍNGUA PORTUGUESA

TÍTULO: A Língua que Habitamos

EDIÇÃO: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa

DESIGN GRÁFICO: Elisabete Rolo

PAGINAÇÃO: Joana Silva | Mariana Torpes Fernandes

FOTOGRAFIA DE CAPA: Fernando Guerra

Abril de 2017

IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL ACADEMIA DE ESCOLAS  
DE ARQUITECTURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA · AEAULP

A LÍNGUA  
QUE Belo Horizonte · Inhotim  
25 › 28 Abril 2017  
HABITAMOS

## COORDENAÇÃO GERAL

### Conceição Trigueiros

DIRETORA DA AEAULP · ACADEMIA DE ESCOLAS  
DE ARQUITETURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA

## COMISSÃO ORGANIZADORA

### Conceição Trigueiros

DIRETORA DA AEAULP · ACADEMIA DE ESCOLAS  
DE ARQUITETURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA

### Flávio Carsalade

EA-UFGM · ESCOLA DE ARQUITETURA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL

## COMISSÃO EXECUTIVA

### Arlete Soares de Olivera | Luis Miguel Ginja

[COORDENAÇÃO]  
IEDS · EA · UFGM, BRASIL | AEAULP [RESPECTIVAMENTE]

### Alexandra Miranda Luís

CIAUD · FA · UL, PORTUGAL

### Danielle Barroso Caldeira

IEDS · EA · UFGM, BRASIL

### Filipa Nogueira Pires

CIAUD · FA · UL, PORTUGAL

### Elisabete Rolo [DESIGN GRÁFICO]

FA · UL, PORTUGAL

## COMISSÃO CIENTÍFICA

### Alberto Reaes Pinto

UL · LISBOA, PORTUGAL

### Álvaro Barbosa

FACULDADE DE INDÚSTRIAS CRIATIVAS DA USJ, MACAU

### Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

FAU · USP, BRASIL

### Ana Tostões

IST · UL, PORTUGAL

### Ana Vaz Milheiro

ISCTE, PORTUGAL

### Andrea Franco

EA · UFGM, BRASIL

### Angélica Tanus Benatti Alvim

FAU · MACKENZIE, BRASIL

### Anna Paula Canez

UNIRITTER, BRASIL

### António Gameiro

UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO, ANGOLA

### António Morais

FA · UL, PORTUGAL

### Bianca Araújo

UFRN, BRASIL

### Carlos Dias Coelho

FA · UL, PORTUGAL

### Carlos Eduardo Comas

AEAULP

### Carlos Guimarães

FA · UP, PORTUGAL

### Carlos Trindade

UEM, BRASIL

### Celma Chaves Pont Vidal

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BRASIL

### Conceição Trigueiros

FA · UL, PORTUGAL

# **Das colinas e das torres: A visualidade das vilas luso-brasileiras**

MATEUS ROSADA

Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul

## **Resumo**

Este artigo trata da inserção do edifício religioso no espaço urbano. Aborda a concepção urbanística portuguesa e como ela se desdobrou em características próprias nas cidades formadas pelos lusos no Brasil, com destaque a municípios do atual Estado de São Paulo. Para tanto, observam-se diferenças entre as formas como os governos português e espanhol conceberam suas novas cidades, percebendo uma forma de implementação mais sutil e adaptável aos sítios por parte dos portugueses, com menor preocupação com traçados lineares. Nota características comuns da paisagem resultante da colonização, com muitas semelhanças com as vilas pré-existentes na metrópole. Destaca o posicionamento dos núcleos urbanos em situação de promontório e o recorrente uso dos edifícios públicos e coletivos como ornamentos urbanos, percebendo, nessas características, um modo de conceber cidades especificamente português que dotou as vilas brasileiras de características próprias.

## **Palavras-Chave**

1. Brasil. 2. História Urbana. 3. Urbanismo Colonial 4. Paisagem. 5. Patrimônio Cultural. 6. Urbanismo Português.

## Introdução

Já nos é conhecida desde há muito tempo a fama dos portugueses de terem implantado, em suas possessões de além-mar, vilas e cidades com um traçado sinuoso, sem grandes preocupações com ordenamento e regularidade. As povoações lusas em terras americanas não seguiam uma formalidade tão rígida como os casos dos vizinhos espanhóis, mas eram marcadas por um respeito maior ao sítio onde se implantava a povoação. Eram os portugueses mais maleáveis que os hispânicos e, da constatação dessa característica adveio a impressão até pejorativa de que as vilas portuguesas não possuíam qualquer ordenamento:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, sempre esse abandono característico que exprime bem a palavra “desleixo” – a palavra o escritor Albert Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, na sua opinião, não exprime tanto a falta de energia, como a convicção de que “não vale a pena” (HOLLANDA, 1998, p.110).

## A perspectiva

Era inevitável se compararem as cidades portuguesas e espanholas, implantadas concomitantemente na América, especialmente pelo fato de suas implantações terem sido resolvidas de forma tão distinta. A aparente desordem da cidade luso-americana, comparando-se com as retículas costumeiramente implantadas pela coroa espanhola, nos induz a imaginar uma total inexistência de regras para a implantação dessas urbes. No entanto, existia, sim, uma ordem, uma lógica de implantação portuguesa, na qual as povoações se desenvolviam a partir da praça eclesiástica, seguindo alinhamentos e formas já arraigadas à tradição do saber-fazer da metrópole, obedecendo às características do sítio (SANTOS, 2001: 44).

Se comparada à forma de organização urbana hispânica, a portuguesa também se diferenciava no estabelecimento de diferentes graus de valor que davam às partes da cidade: os largos e adros tinham importância crucial no direcionamento das vias: eram nós,

entroncamentos dos fluxos urbanos. Ao contrário, nas cidades quadrículadas da América Hispânica, a própria retícula e a uniformidade de anchura das ruas atenuavam a importância das praças e não as diferenciavam de valor, como faziam os portugueses, com suas ruas mais largas e travessas mais estreitas. As *plazas mayores* são, via de regra, maiores no sentido hispânico, de mais importantes, principais, e não no sentido que tendemos a entender em português, de mais amplas: é muito comum que as *plazas mayores* ou *plazas de armas*, especialmente nas cidades não-capitais, tenham o mesmo tamanho de outras praças de menor importância, justamente por suas dimensões serem dadas pelo cruzamento de ruas da quadrícula. É importante que se perceba que o ideal de perspectiva hispânico estava na própria rua e era dado pela longilinearidade das vias retas e pela impressão de quase-infinito que essa visão proporcionava. O que os espanhóis estavam implantando no Novo Mundo eram cidades renascentistas de fato, e foram os exemplares mais próximos dos tratados e dos ideais de regularidade e beleza do século XVI.

Os portugueses, por sua vez, não implantaram na colônia vilas muito diferentes das suas aldeias da metrópole. Eles sempre souberam que eram um país pequeno, com uma população também diminuta, que se alçou em um plano deveras ambicioso de colonizar áreas muito grandes e que, por isso, precisavam ser muito defensivos na escolha do sítio parcimoniosos na implantação das vilas. O receio de se implantar cidades renascentistas, anchas, abertas, fáceis de circular e, por isso mesmo, mais vulneráveis a invasões, levou-os a manter a tradição medieval, de urbes compactas e fechadas em si, protegidas, situadas em pontos elevados do terreno. Também por essa postura, davam um valor maior à visualidade dos edifícios. Não é na rua que se resolve a perspectiva lusa: é nos edifícios, ou melhor dizendo, nas visuais criadas pelas vias que dão acesso aos prédios públicos e igrejas. Quase sempre as vias principais, que levavam aos largos mais importantes, terminavam alinhadas com a porta da igreja ou da casa de câmara: era essa visual, com o edifício compondo-se como ornamento urbano, como ponto perspectico, que importava.



Fig. 01 | Igreja Matriz de São João Batista, em Tiradentes. Desenho do autor, 2016

Essas visuais vamos encontrar à larga em inúmeras cidades da América portuguesa. Encontramos casos de norte a sul do Brasil nos quais a via cria este emolduramento a um templo: a Igreja do Carmo de Ouro Preto com sua monumental escadaria ao fim da rua; A Matriz de São João Batista a dominar o topo da ladeira em que se insere em Tiradentes; o Carmo de São João del-Rei à esquerda e o Rosário à direita da mesma via; o São Francisco de São Paulo numa ponta da rua e, na outra, o São Bento; o São Francisco sotereopolitano, de frente para a Sé Basílica (antiga Igreja dos Jesuítas); as Sés de Olinda e de São Luís do Maranhão; a Igreja da Boa Morte de Goiás; até casos já do século XIX, quando a quadrícula iluminista começa a se impor nos traçados, são visíveis, como se vê nas catedrais de Cachoeira do Sul e de Campinas, com ruas que escapam à lógica do tabuleiro simplesmente para lhes conferir perspectiva. A beleza da cidade portuguesa estava justamente neste enquadramento dos edifícios importantes dados pela silhueta da rua, uma visão ainda medieval, mas com toda uma lógica e uma razão de ser. Havia um decoro, uma forma muito própria dos portugueses de bem fazer cidades e de torná-las belas.

## As colinas

A escolha do sítio a se implantar uma povoação não era feita ao acaso. A paisagem contava, e muito, no estabelecimento de novas vilas. No entanto, os lusos não redigiram um conjunto de leis para ordenar a forma de se urbanizar o território no Novo Mundo, de modo que regras baseadas na tradição e no saber fazer de alguns séculos os guiava no conceito de implantação de suas povoações. Mas a recorrência das soluções de implantação das urbes na América nos faz ter a certeza de que essas regras não-escritas eram muito claras e caras aos portugueses. Diferentemente dos vizinhos peninsulares, eles não redigiram códigos rígidos como as *Leys de Índias*, não formalizaram em decretos seus ideais de ordem para implantação das novas vilas no Novo Continente. É perceptível, porém, que havia uma tradição lusa de ocupação do território, toda ela tomando partido das ocupações em topos de elevações, uma ciência de um urbanismo de colina:

As urbes construídas em colina são uma constante em Portugal desde a fundação, com antecessores próximos nas cidades mouras edificadas na faixa ocidental da península ibérica e mediterrânea em geral, onde se enquadra a cultura portuguesa, com sua especificidade própria, mas cuja identidade não nega seu contexto mais geral (LOBO, SIMÕES JÚNIOR, 2012: 23).

No Brasil, as cidades em colina – postura militaresca e de defesa com fortes raízes no urbanismo mouro – foi adotada para a implantação das vilas que aqui se criavam. De forma muito semelhante ao que se encontrava no ocidente ibérico, as aglomerações urbanas brasileiras se fizeram compactas e quase sempre em posição de promontório ou, em menor número, em baixios protegidos, ladeados por montanhas: utilizava-se do relevo como uma fortaleza natural. Com isso, criva-se, na maioria dos casos, uma situação de acrópole, na qual, conforme a amplitude ou exiguidade de área do topo permitia, ao menos os edifícios públicos e mais importantes se localizassem no topo da colina e os serviços mais prozaicos, como portos, estalagens, nas áreas mais baixas. Assim praticamente dividia-se a *civitas*, cidade administrativa, da *urbe*, cidade vivente, do dia-a-dia, pelos desníveis.

Tendo a colonização americana sido iniciada pela costa e lentamente avançado para o interior (aí mais uma diferença em relação aos espanhóis...), os portugueses escolhiam áreas de porto seguro, afastadas do mar aberto, geralmente em baías e estuários. Eram situações muito bem experimentadas em cidades lusas do Velho continente, a exemplo do Porto e da própria Lisboa. Nas terras que viriam a formar o Brasil, não foi diferente: se implantam nessa situação as cidades portuárias de Santos, São Sebastião, Florianópolis, Porto Seguro, Salvador, João Pessoa, São Luís do Maranhão, Olinda (com porto no Recife), Paraty e Rio de Janeiro, por exemplo. Todas essas cidades, à exceção das duas primeiras, localizadas em sítios planos, se organizaram com a divisão de cidade alta e cidade baixa, com uma colina com função de acrópole e um baixio que abrigava o porto e o comércio. Também se percebe em todos os casos uma preocupação com o tipo de colina que se deveria escolher: todas elas possuem uma considerável área plana ou apenas levemente ondulada para abrigar a cidade nascente e possibilitar seu desenvolvimento.

Situação bastante semelhante acontecia a cidades do interior: o núcleo urbano sempre se implantava em local elevado, também em situação de promontório, à montante em relação às estradas e aos rios de acesso, tomando-se os mesmos cuidados de segurança, pois ataques poderiam vir, de forma mais provável, pelas vias de acesso. Nessa forma de organização surgiram vilas portuárias fluviais, como é o caso de Porto Alegre, Guaratinguetá, São Paulo, Penedo, Cachoeira do Sul e Piracicaba, via de regra, mantendo o binômio cidade alta-cidade baixa. Até mesmo cidades distantes de grandes cursos d'água comumente eram fundadas em localização elevada, como são o Serro, Campinas, Jundiá, Bragança Paulista, Atibaia, Itapira, Cunha, Aparecida, Arapeí e tantas outras.



**Fig. 02** | Promontório da Igreja do Carmo e casario do entorno, Ouro Preto.

Desenho do autor, 2002

## As torres

A situação urbanas das cidades portuguesas nas Américas se completava com a imagem, ao longe, das torres das igrejas riscando a linha do horizonte. O templo sempre foi elemento de primeira importância na composição do conjunto urbano luso-brasileiro. No Brasil, assim como em todos os países latinos de colonização católica, qualquer cidade se iniciava por uma capela. Com a Igreja unida ao Estado sob o regime de padroado, apenas a doação de terras para o patrimônio de determinado santo e a posterior intalação de uma freguesia oficializavam a existência de uma povoação. A formação de vilas a partir de patrimônios religiosos foi a regra para a criação de quase todas as cidades surgidas no Brasil do descobrimento até o fim do Império (DEFFONTAINES, 1944: 20).

E como o poder religioso se intalava antes do poder civil (a elevação da povoação à categoria de vila e a conseqüente instalação de uma Casa de Câmara era um passo posterior), se reservava para a capela, primeiro edifício público do vilarejo, o terreno mais propício, destacado, alto, despachado e ancho da localidade: era dali que a futura vila se desenvolveria. Certamente, os da terra já sabiam, implicitamente, a importância de se criar uma boa situação a partir do largo fronteiro ao templo para dar início a uma povoação. A partir dos adros das matrizes as cidades cresceriam, sendo que muitas vezes os templos acabavam por direcionar o sentido de desenvolvimento das urbes.

A escolha de local elevado e destacado para as igrejas, na forma como foi adotada pelos lusos, acabou vindo ao encontro de algumas disposições do Concílio de Trento (1545-1563) que ditavam normas sobre a implantação das igrejas nos sítios urbanos. No Brasil, tínhamos em 1707 a publicação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, conjunto de normas da então única arquidiocese da colônia, a de Salvador, que tinha o governo religioso de todo o território da América Lusa. As constituições versavam, entre outras coisas, sobre diretrizes para a escolha de local dos templos:

Conforme o Direyto Canonico, as Igrejas se devem fundar, & edificar em lugares decentes, & acomodados, pelo que mãdamos, que havendo de edificar de novo alguma Igreja Parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, & lugar decente, livre de umidade e desviado,

quando for possível, de lugares immûdos, & sórdidos, & de casas particulares, & de outras paredes, em distância que possa andar as procições ao redor delas (IGREJA CATÓLICA, 1720: 265, livro IV, tít XVII, cân 687).

Com tais orientações, as constituições do arcebispado acabaram por influir diretamente na feição das cidades do Brasil. Os templos ocuparam, sempre que possível, topos de colinas e elevações, cumes de platôs e meias-encostas, localizações que exponencializavam sua monumentalidade, com as torres apontando para o céu e dominando a paisagem.



**Fig. 03** | Bairro da Penha, antiga freguesia englobada por São Paulo com o crescimento da cidade, demonstra a implantação em colina e o domínio visual da Basílica.

Desenho do Autor, 2015

Dessa maneira, a cidade luso-americana resultava em um harmônico conjunto edificado no topo de colinas, com ladeiras cortando as encostas e um outro núcleo nos baixios. No topo, sempre agulhavam para o alto os pináculos ou bulbos que encimavam as pequenas torres e que, mesmo com diminuta altura, se sobressaíam acima do nível do casario circundante.

A linha elevada das torres era também destaque nas cidades implantadas em situações planas e indicavam, ainda, qual era o principal acesso da vila. Mesmo nesses lugares abertos, escolhia-se situação guarnecida por alguma elevação próxima, que poderia dotar a nascente vila de alguma proteção, estratégia usada em Santos, São Vicente, Cananea, Iguape e Itanhaém.



Fig. 04, Fig. 05 e Fig. 06 | Reconstituição dos núcleos litorâneos de Iguape, Itanhaém e Santos no século XIX. Desenhos do autor, 2015.

É interessante se observar que nas cidades portuárias, tanto no caso de portos marítimos como de fluviais, a igreja principal, a matriz, sempre se posicionava de frente ou de lado para o curso d'água, quase nunca de costas para este, talvez uma forma de bem construir, de bem apresentar a povoação. O mesmo aconteceu a cidades situadas em meias-encostas, ocupação mais usual ao século XIX, ocorrida a Iporanga, Ilhabela, Jarinu, São José do Barreiro, Limeira e Santa Branca: todas cidades com uma frente definida pela fachada do edifício da igreja, cujo piso era sempre alinhado com o nível da parte posterior do templo, criando uma escadaria à frente, alçando-lhe a fachada e aumentando-lhe a imponência (ROSADA, 2010: 74). A construção eclesiástica como o edifício principal, mais alto e mais vistoso, era destacada não apenas nas cidades, como em todas as vilas da Colônia e, depois, do Império.

## Conclusão

A postura de colonização distinta de espanhóis e portugueses acabou gerando cidades também distintas. Se os hispânicos foram mais agerriados, mais propensos ao ataque e ao enfrentamento com os gentios, os portugueses foram mais cautelosos e basearam a fundação de suas vilas na defesa. Ao mesmo tempo em que os vizinhos ibéricos mantinham uma postura decidida e forte de lançarem grandes e rígidos planos de implantação de cidades, de alterarem o que fosse necessário do ambiente em que se inseriam, os lusos tinham, na escolha de um sítio protegido e na adaptação a esse local, sua primeira e mais importante regra.

A urbanização portuguesa acabou por ser sempre mais sutil, mais adaptada e mais adaptável ao sítio e da mesma forma sutil edificou seus edifícios, geralmente menores, mais contidos externamente e de proporções mais esguias que os prédios levantados pelos seus vizinhos. Talvez por isso mesmo fossem até mais elegantes, nessa sutileza urbana. Suas vilas, pequenos conjuntos claros incrustados no topos das colinas a furar os céus com alguns pináculos, se harmonizaram com a paisagem circundante e imprimiram a marca portuguesa no Novo Mundo.

E por que será que, ao deambularem nessas urbes, ditas de planta irregular, os residents se sentem por esse espaço e sua vivência? E por que será que os próprios visitants ficam deslumbrados e e por vezes afirmam tartar-se das urbes mais belas e atraentes que conhecem? (LOBO, SIMÕES JÚNIOR, 2012: 25).

## Bibliografia

- DEFFONTAINES, Pierre, **Como se formou no Brasil a rede de cidades**, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1944.
- FLORENCE, Hercules. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, 1825-1829, São Paulo, Melhoramentos, 1977
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de, **Raízes do Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- IGREJA CATÓLICA. Arcebispado da Bahia. (1720). **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia**. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

- LOBO, Manuel Leal da Costa; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo (org.), *Urbanismo de Colina: uma tradição luso-brasileira*, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa, IST Press, 2012.
- ROSADA, Mateus, *Sob o Signo da Cruz: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira, 1774-1939)*, Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- SANTOS, Paulo Ferreira dos, *Formação de cidades no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.